

PARECER ÚNICO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
GCA/DIUC Nº 014/2020

1 – DADOS DO EMPREENDIMENTO

Empreendedor / Empreendimento	CEMTAL – Mineração & Transportes Ltda.
CNPJ	22.282.628/0001-60
ANM	831.181./1987
Município	Prados/MG
Endereço	Rodovia BR 265, Km 233, Zona rural, na localidade de Mamono, Prados/MG
Nº PA COPAM	00148/1997/011/2017
Atividade - Código	Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento – A-02-05-4; Pilhas de rejeito/estéril – A-05-04-5.
Classe	5
Nº da Licença Ambiental	Licença de Operação em Caráter Corretivo – “Ampliação” LOC Nº 151/2019 Data da reunião da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias – CMI do COPAM, na qual o empreendimento foi licenciado: 28/06/2019
Condicionante de Compensação Ambiental	01- “Protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº 9.985/00, Decreto estadual nº 45.175/09 e Decreto estadual nº 45.629/11.”
Estudo Ambiental	EIA/RIMA/PCA
Valor de Referência - VR do empreendimento (Setembro/2019)	R\$ 2.745.979,00
Valor de Referência - VR do empreendimento atualizado (Janeiro/2020) ¹	R\$ 2.794.209,38
Valor do GI apurado:	0,4600%
Valor da Compensação Ambiental (GI x VR) (Janeiro/2020)	R\$ 12.853,36

¹ Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de setembro/2019 à janeiro/2020. Taxa: 1,0175640 – Fonte: TJ/MG.

2 – CÁLCULO DO GRAU DE IMPACTO

Tabela de Grau de Impacto - GI			
Índices de Relevância	Valoração Fixada	Valoração Aplicada	Índices de Relevância
<p>Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias.</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Conforme EIA, em relação a Ornitofauna, na região do empreendimento pilha de estéril da empresa CENTAL - Mineração e Transportes Ltda., foi registrada uma espécie ameaçada de extinção, conhecido como Canário-da-terra-verdadeiro (<i>Sicalis flaveola</i>). (EIA P.84)</p> <p>Assim, este parecer considera que este item deve ser considerado para efeito de gradação do GI.</p>	0,0750	0,0750	X
<p>Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras).</p> <p><u>Razões para a marcação do item:</u></p> <p>Segundo informado nos estudos, será utilizado contra os processos de lixiviação do solo estocado deverá ser promovida uma cobertura vegetal com o emprego de gramíneas (brachiaria) .(EIA p.11)</p> <p>Na adequação do taludes em corte e aterro, sabemos que a medida de revegetação tem como objetivo o restabelecimento das condições físicas e visuais da área afetada pela mineração. Sabemos que as espécies normalmente utilizadas são na maioria exóticas de grande poder germinativo.</p> <p>Portanto foram identificadas espécies alóctones invasoras na lista de espécies sugeridas para plantio.</p>	0,0100	0,0100	X

<p>Interferência/supressão de vegetação, acarretando fragmentação.</p> <p><u>Razões para a marcação do item:</u> Segundo PU houve supressão de árvores isoladas antes da implantação da pilha II. A referida intervenção se configura como supressão de aproximadamente 114 indivíduos arbóreos isolados, sendo 3 indivíduos claramente identificáveis e o restante estimado pela supressão de área aproximada de 1.000m² que, tomando por base o espaçamento adotado pela DN 114/08 em seu artigo 6 § 3º (3m x 3m), foi estimado o número de 111 indivíduos arbóreos isolados, observadas intervenções anteriores que pudessem ou necessitassem de regularização. (PU página 8).</p> <p>Dessa forma, conclui-se que há elementos concretos que subsidiem a marcação do item portanto, o mesmo será considerado na aferição do Grau de Impacto.</p>	<p>Ecosistemas especialmente protegidos (Lei 14.309)</p>	<p>0,0500</p>	<p>0,0500</p>	<p>X</p>
	<p>Outros biomas</p>	<p>0,0450</p>		
<p>Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos.</p> <p><u>Razões para a marcação do item:</u> - Grau de potencialidade de ocorrência de cavidades “Muito Alto”. - Conforme Mapa 03 as Áreas de Influência do empreendimento localizam-se predominantemente em locais de “Muito Alto” probablilidade de ocorrência de cavernas segundo a classificação e dados disponíveis no CECav/ICMBio.</p> <p>Segundo EIA/RIMA e PU, por estar localizado em área com potencialidade de ocorrência de cavidades classificada como muito alta, foi apresentado estudo de prospecção espeleológica na ADA, considerando também 250m em seu entorno.(PU p.10)</p> <p>Dessa forma, conclui-se que há elementos concretos que subsidiem a marcação do item <i>Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos</i>, portanto o mesmo não será considerado na aferição do Grau de Impacto.</p>		<p>0,0250</p>	<p>0,0250</p>	<p>X</p>

Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável. <u>Razões para a não marcação do item</u> Não existem UCs de proteção integral num raio de 3 km do empreendimento.		0,1000		
Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme o Atlas “Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação”. <u>Razões para a marcação do item:</u> O empreendimento está localizado em área de importância biológica do Mapa Síntese das Áreas Prioritárias para conservação de Minas Gerais em “Alta” (ver mapa 05 “Áreas Prioritárias para a Conservação” em anexo). Dessa forma, deverá ser considerado para aferição do Grau de Impacto a marcação do item de importância biológica “Alta”.	Importância Biológica Especial	0,0500		
	Importância Biológica Extrema	0,0450		
	Importância Biológica Muito Alta	0,0400		
	Importância Biológica Alta	0,0350	0,035	X
Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar. <u>Razões para a marcação do item</u> Os estudos ambientais e/ou pareceres SUPRAM apresentam impactos relativos a este item.		0,0250	0,0250	X
Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais. <u>Razões para a marcação do item</u> No estudos ambientais e pareceres SUPRAM SM foram identificados impactos relacionados a este item. A própria compactação sobre as superfícies afetadas, com a conseqüente redução de porosidade e permeabilidade, é fator que intensifica a concentração do fluxo de água. As alterações ocasionadas pela compactação do solo são responsáveis pela modificação da dinâmica hídrica local. Isso reflete na alteração do padrão das taxas de infiltração e escoamento superficial ainda que local. Como consequência ocorrem distúrbios na dinâmica da drenagem natural superficial e/ou subterrânea para o local. (EIA p.22)		0,0250	0,0250	X

Transformação de ambiente lótico em lêntico.			
<p><u>Razões para a não marcação do item</u></p> <p>Segundo informado nos estudos não houve barramento de curso d'água com a finalidade de captação.</p> <p>Nesse sentido, conclui-se que o empreendimento não implica na transformação de ambiente lótico em lêntico, tendo em vista que a implantação do empreendimento em questão, não promove intervenção (barramento/represamento) em cursos d'água. Sendo assim, este parecer não considera o item em questão como relevante para aferição do GI.</p>	0,0450		
Interferência em paisagens notáveis.			
<p><u>Razões para a não marcação do item</u></p> <p>Não foram identificados impactos em paisagens notáveis no âmbito do Parecer SUPRAM TMAP e estudos ambientais.</p>	0,0300		
Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa			
<p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Os estudos ambientais e/ou pareceres da SUPRAM SM não deixam dúvidas de que o empreendimento prevê a emissão de gases estufa (GEE), as quais são relacionadas aos processos de combustão em máquinas e veículos, seja na implantação e/ou operação do empreendimento.</p>	0,0250	0,0250	X
Aumento da erodibilidade do solo.			
<p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>O PCA, página 11 não deixa dúvidas da ocorrência deste impacto: "Foi realizada a terraplenagem do terreno para instalação dos equipamentos previstos no EIA. Tal procedimento resulta na remoção da biota superficial do solo, alterando suas características, possibilitando eventualmente a ocorrência de erosão, além de provocar compactação do solo."</p>	0,0300	0,0300	X
Emissão de sons e ruídos residuais.			
<p><u>Razões para a marcação do item:</u></p> <p>Segundo os estudos ambientais a geração de emissões sonoras durante a fase de extração do calcário, uma vez que são utilizados explosivos.</p> <p>A geração de ruídos estará relacionada a circulação</p>			

de máquinas e caminhões e os efeitos dos ruídos são prejudiciais à fauna, podendo interferir no acasalamento, na reprodução e no comportamento das espécies presentes, inclusive com o risco de afugentá-las ou expulsá-las de seu habitat natural.(EIA p.119)	0,0100	0,0100	X
Dessa forma, independentemente da magnitude e ainda que medidas mitigadoras sejam aplicadas este parecer entende que o item “emissão de sons e ruídos residuais” deve ser considerado para a aferição do Grau de Impacto.			
Somatório Relevância	0,6650		0,3100
Indicadores Ambientais			
Índice de temporalidade (vida útil do empreendimento)			
<u>Razões para a marcação do item</u> Considerando a vida útil do empreendimento é longa, considerando que os impactos ambientais ocorrerão ao longo de toda sua operação, o índice de temporalidade a ser marcado é o “Duração Longa”.			
Duração Imediata – 0 a 5 anos	0,0500		
Duração Curta - > 5 a 10 anos	0,0650		
Duração Média - >10 a 20 anos	0,0850		
Duração Longa - >20 anos	0,1000	0,1000	X
Total Índice de Temporalidade	0,3000		0,1000
Índice de Abrangência			
<u>Razões para a marcação do item:</u> A Área de Influência Indireta (AII) da CEMTAL – Mineração & Transporte Ltda. extrapola os limites do município de Prados e da bacia do rio das Mortes. (EIA p.30)			
Área de Interferência Direta do empreendimento	0,0300		
Área de Interferência Indireta do empreendimento	0,0500	0,0500	X
Total Índice de Abrangência	0,0800		0,0500
Somatório FR+(FT+FA)			0,4600
Valor do GI a ser utilizado no cálculo da compensação	0,4600%		

3- APLICAÇÃO DO RECURSO

3.1 Valor da Compensação ambiental

O valor da compensação ambiental foi apurado considerando o Valor de referência do empreendimento informado pelo empreendedor e o Grau de Impacto – GI (tabela em anexo), nos termos do Decreto 45.175/09 alterado pelo Decreto 45.629/11:

Valor de referência do empreendimento (Setembro/2019)	R\$ 2.745.979,00
Valor de referência do empreendimento atualizado (Janeiro/2020)	R\$ 2.794.209,38
Taxa TJMG ²	1,0175640
Valor do GI apurado:	0,4600%
Valor da Compensação Ambiental (GI x VR) (Janeiro/2020)	R\$ 12.853,36

Ressaltamos que a planilha de Valor de Referência (VR) é um documento autodeclaratório elaborado pelo empreendedor, sendo de sua total responsabilidade. O responsável pelo preenchimento do referido documento é o Sra. Vanessa Aparecida dos Santos mediante nº de controle: MG 098650/O-5 Para a elaboração do presente parecer, apenas verificamos se os campos da coluna VALOR TOTAL referente aos investimentos (R\$) estavam ou não preenchidos na planilha VR, sendo que uma justificativa deveria ser apresentada no último caso. O escopo do presente parecer técnico não inclui a apuração contábil ou financeira dos valores (R\$) constantes da planilha VR, bem como a checagem do teor das justificativas. O VR referente a setembro/2019 foi extraído da planilha, atualizado e, posteriormente foi utilizado para a obtenção da compensação ambiental.

3.2 Unidades de Conservação Afetadas

Conforme apresentado no mapa “Unidades de Conservação”, em anexo, o empreendimento não afeta quaisquer Unidades de Conservação.

3.3 Recomendação de Aplicação do Recurso

Obedecendo a metodologia prevista, bem como as demais diretrizes do POA/2020, este parecer faz a seguinte recomendação para a destinação dos recursos:

Valores e distribuição dos recursos	
Regularização Fundiária da UCs (100%)	R\$ 12.853,36
Plano de Manejo Bens e Serviços	Não se aplica
Estudos para criação de Unidades de Conservação	Não se aplica
Desenvolvimento de pesquisa em unidade de conservação em área de amortecimento	Não se aplica
Valor total da compensação: (100%)	R\$ 12.853,36

Os recursos deverão ser repassados ao IEF em até 04 parcelas, o que deve constar do Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o órgão.

² Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de setembro/2019 à janeiro/2020. Taxa: 1,0175640 – Fonte: TJ/MG.

4 – CONTROLE PROCESSUAL

O presente expediente refere-se a Processo de Compensação Ambiental, pasta GCA nº 1430, encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com a Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.

O pedido de compensação ambiental refere-se ao processo de licenciamento ambiental nº 00148/1997/011/2017 Licença de Operação Corretiva/ampliação, que visa o cumprimento da condicionante nº 01 estabelecida no parecer único de licenciamento ambiental nº 0222021/2019 (fls. 35), para fins de compensação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, nos moldes estabelecidos pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

Nos termos do § 6º, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 45.175/2009: *“No licenciamento de modificações e ampliações de empreendimento em que a compensação ambiental tenha sido anteriormente paga, incidirá nova compensação ambiental, que terá como valor de referência os custos da ampliação ou modificação”.*

De acordo com as declarações apresentadas pelo empreendedor às fls. 39 e 40, o empreendimento não afeta quaisquer unidade de conservação, situação confirmada pela análise técnica.

O empreendimento foi implantado após 19 de julho de 2000, conforme declaração acostada às fls. 43. Dessa forma, conforme inciso II, art. 11, do Decreto Estadual nº 45.629/2011, que alterou o Decreto 45.175/2009:

Art. 11. O valor de referência de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental será definido da seguinte forma:

(...)

II - para as compensações ambientais de empreendimentos implantados após a publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor de referência estabelecido no inciso IV do art. 1º do Decreto nº 45.175, de 2009, com a redação dada por este Decreto, apurado à época da implantação do empreendimento e corrigido com base no índice de atualização monetária.

O empreendedor apresentou à GCA/IEF o Valor de Referência (VR) na forma de planilha, devidamente calculado, preenchido, datado e assinado pelo contador do empreendimento, profissional legalmente habilitado, acompanhada da devida Certidão de Regularidade Profissional, em conformidade com o art. 11, §1º do Decreto Estadual 45.175/2009 alterado pelo Decreto Estadual nº 45.629/2011.

Ressalta-se que o valor de referência é um ato declaratório, cuja responsabilidade pela veracidade do valor informado é do empreendedor, sob pena de, em caso de falsidade, submeter-se às sanções civis, penais e administrativas, não apenas pela prática do crime de falsidade ideológica, como também, pelo descumprimento da condicionante de natureza ambiental, submetendo-se às sanções da Lei 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais.

A sugestão de aplicação dos recursos financeiros a serem pagos pelo empreendedor, a título de compensação ambiental, neste parecer, estão em conformidade com a legislação vigente, bem como, com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Operativo Anual – POA/2020.

5 - CONCLUSÃO

Considerando a análise, descrições técnicas empreendidas e a inexistência de óbices jurídicos para a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental a ser paga pelo empreendedor, nos moldes detalhados neste Parecer, infere-se que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do Art. 13, inc. XIII do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação ambiental não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Smj.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2020.

Elenice Azevedo de Andrade

Analista Ambiental
MASP: 1.250.805-7

Elaine Cristina Amaral Bessa

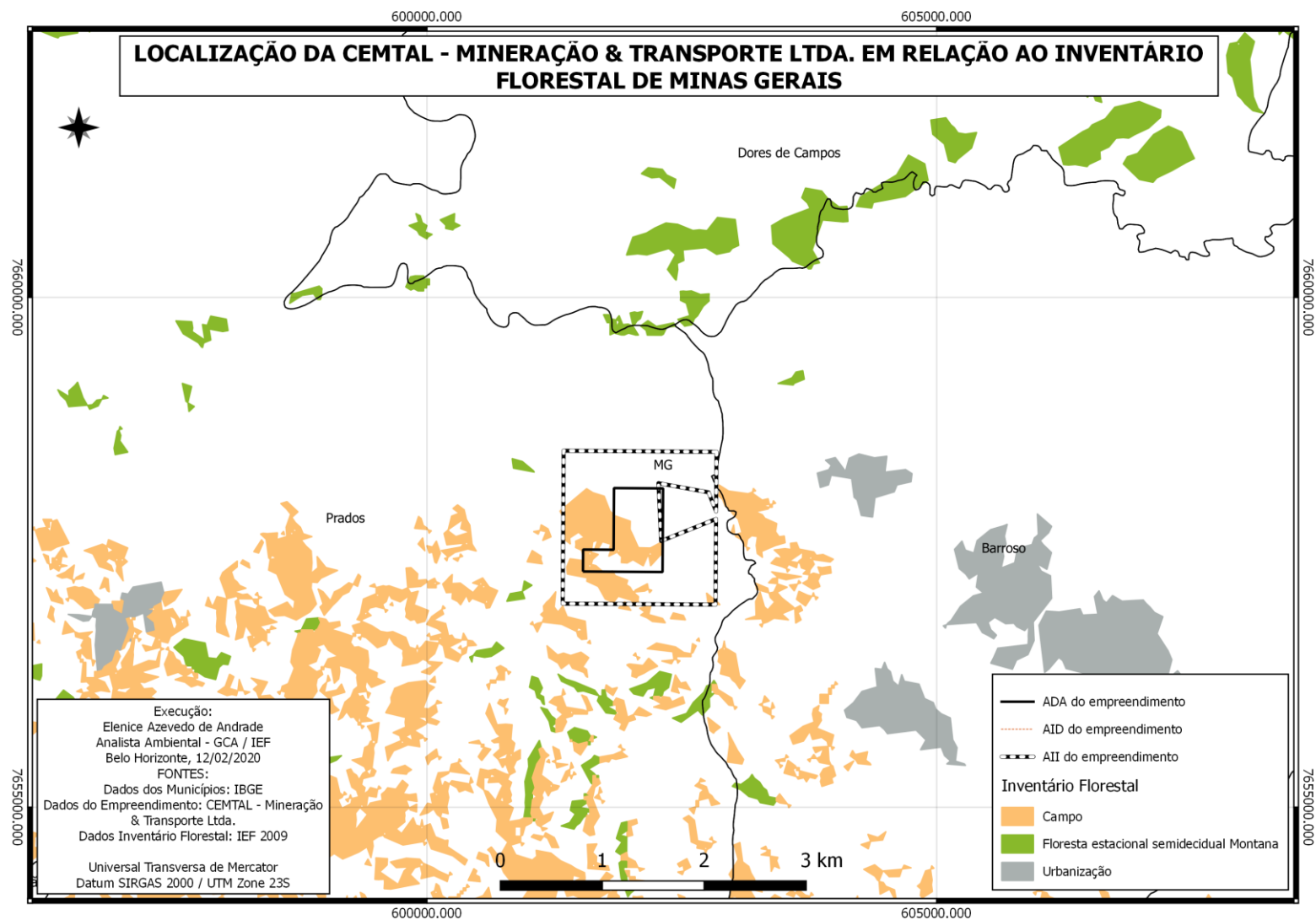
Assessora Jurídica /GCA
MASP 1.170.271-9

De acordo:

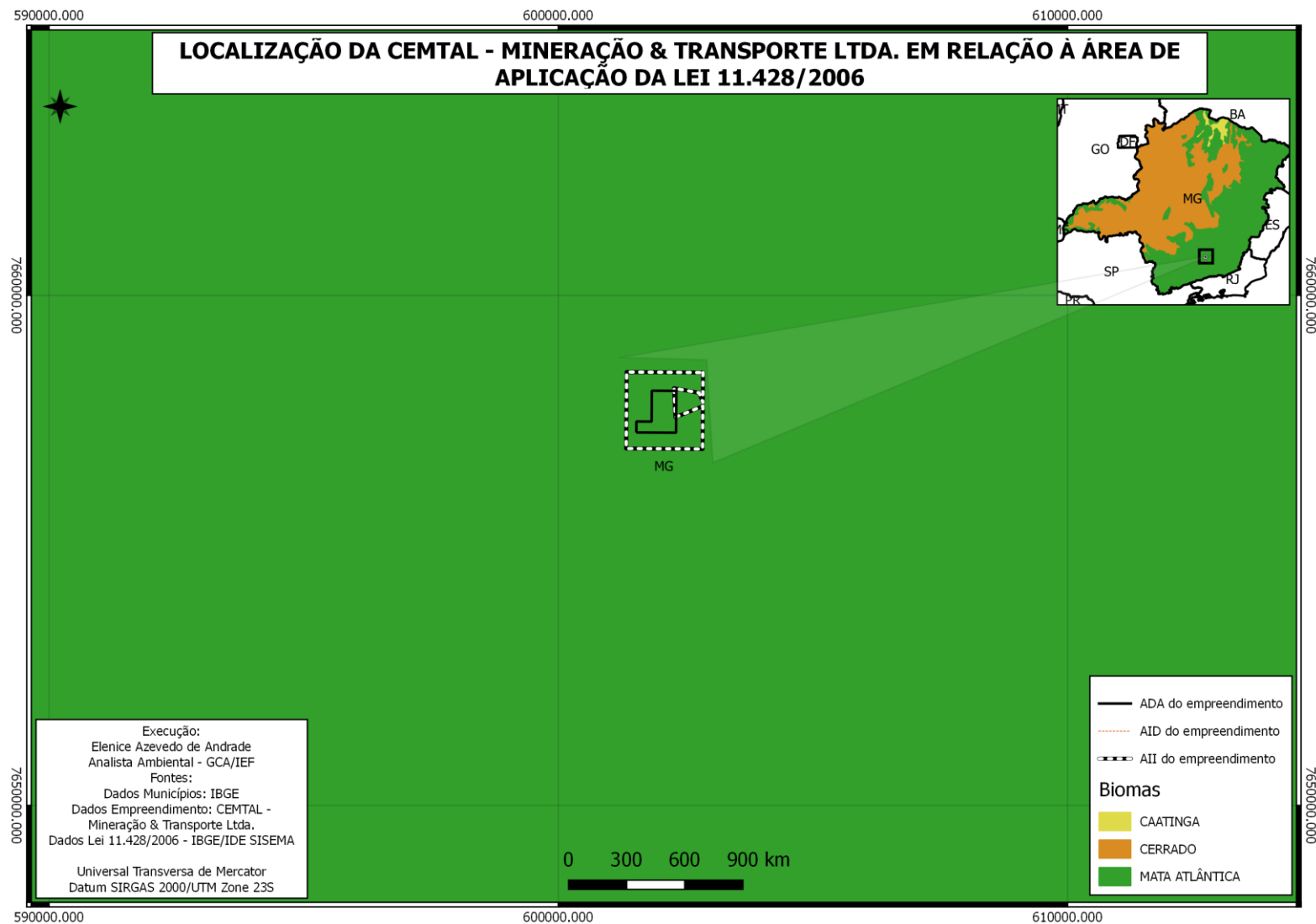
Renata Lacerda Denucci

Gerente da Compensação Ambiental
MASP: 1.182.748-2

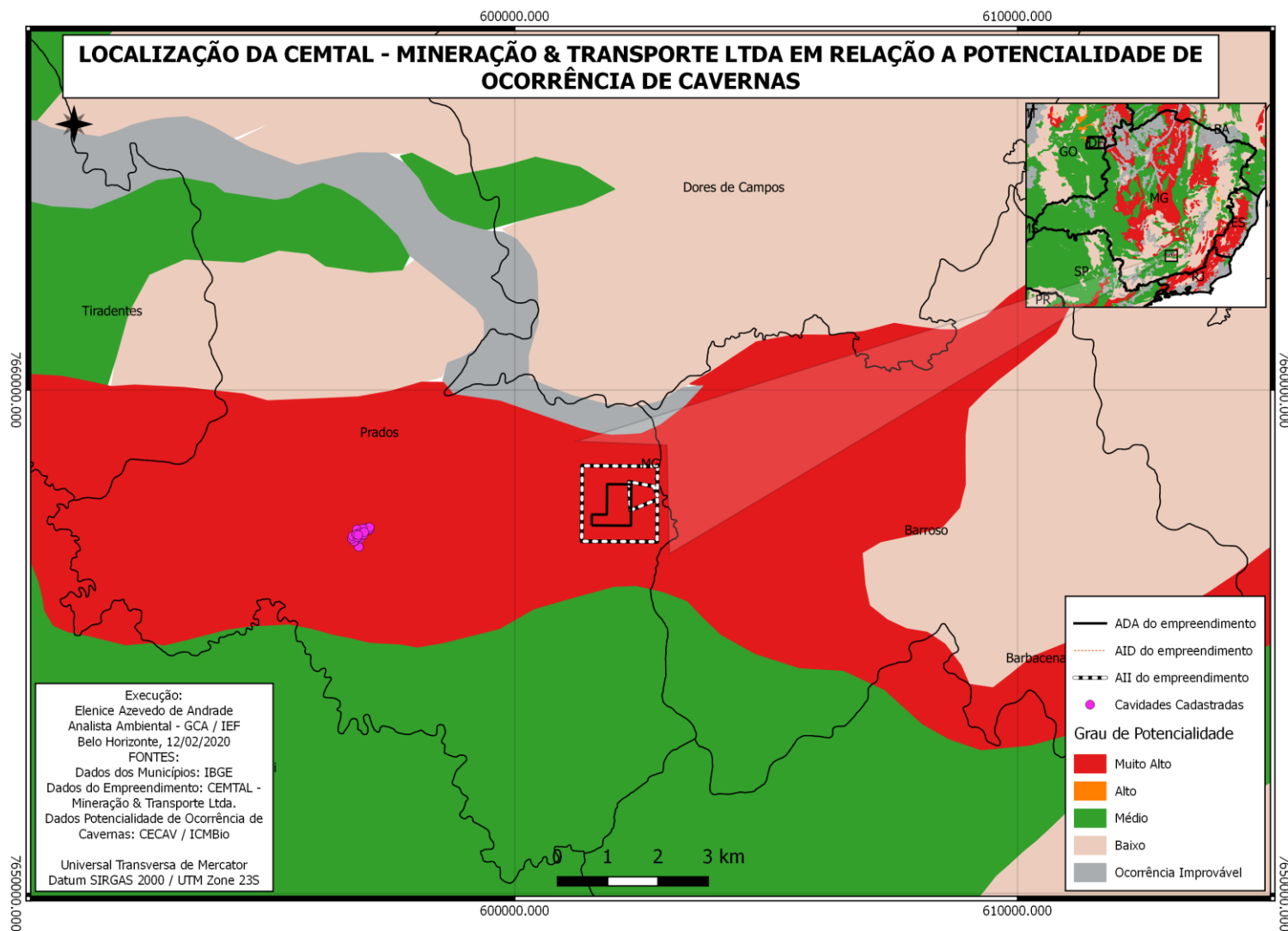
MAPA 01



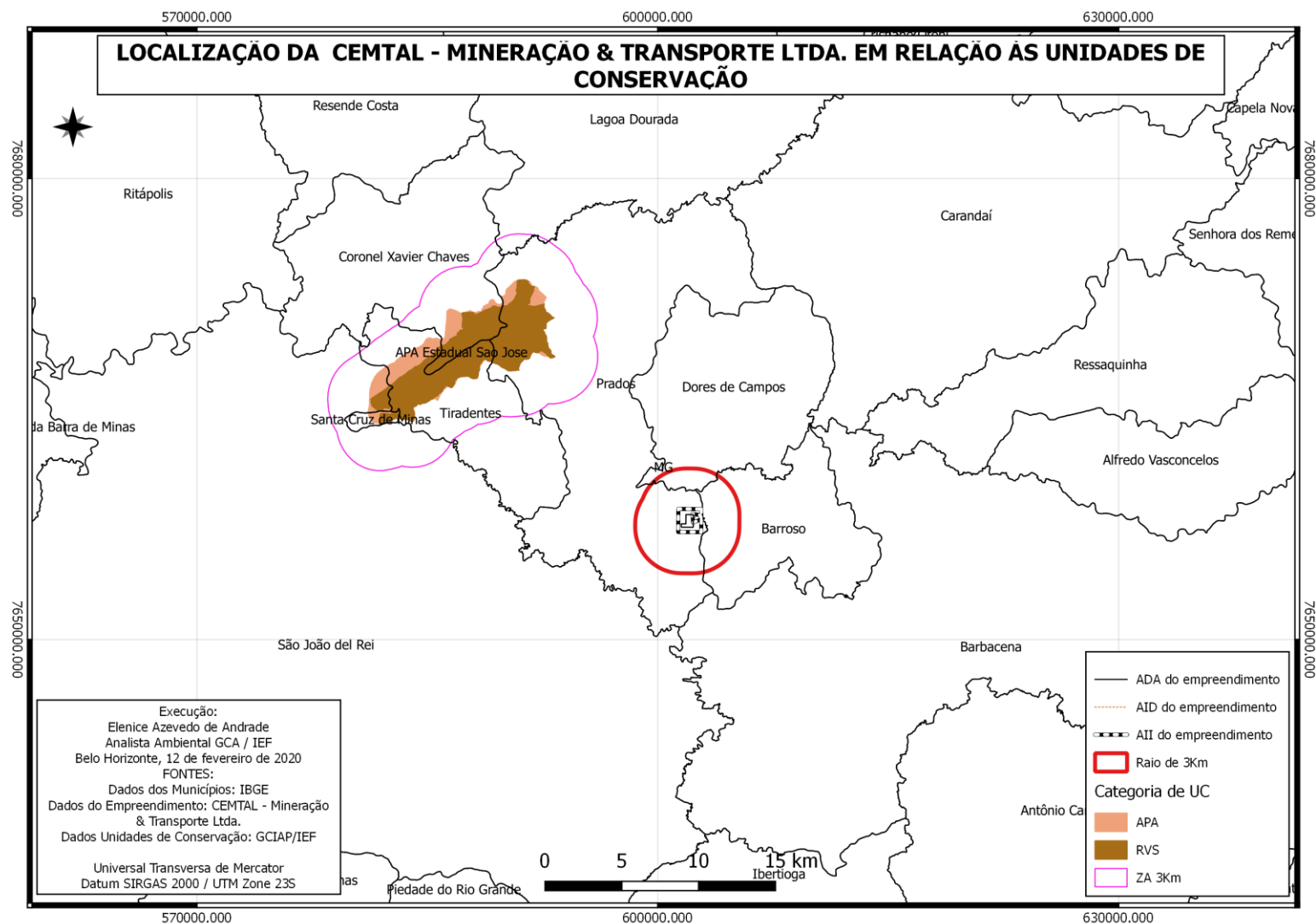
MAPA 02



MAPA 03



MAPA 04



MAPA 05

